A intersetorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso

Rodrigo Gravina Prates Junqueira*

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Políticas sociais e educação ambiental: encontros e desencontros no decorrer da história; 3. Intersetorialidade e educação ambiental: conceitos e relações construídas; 4. A educação ambiental e a intersetorialidade na gestão da prefeitura do município de Pedro II, Piauí.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental; políticas sociais; intersetorialidade; gestão municipal.

Este artigo discute a educação ambiental como uma política social integrada às demais através de uma ação intersetorial. Inicialmente, o artigo traça um histórico da educação ambiental a partir do final da década de 60, do ponto de vista de suas implicações no cenário mundial e nas concepções de natureza, pondo em destaque a *Agenda 21* e situando a educação ambiental no contexto da intersetorialidade. A partir desse referencial é apresentado o estudo de caso da prefeitura municipal de Pedro II, Piauí, onde está sendo implementado um projeto articulando educação, saúde, agricultura e meio ambiente. Através de planejamento participativo, foram constituídos fóruns permanentes para a *Agenda 21* local definir políticas públicas integradas.

Intersectoriality from the environmental education stand point: a case study

This paper discusses environmental education as a social policy integrated to the other policies by means of an intersectorial action. First, it presents the evolution of environmental education since the end of the 60's, from the standpoint of its implications to the world scene and to the concepts of nature. It emphasizes the *Agenda 21*, placing environmental education within the intersectorial context. Then the paper presents the case study of the municipal administration of Pedro II, a town in Northeastern Brazil,

* Engenheiro agrônomo, consultor de projetos na área de educação ambiental e desenvolvimento rural e ex-secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Pedro II, PI.

where a project integrating education, health, agriculture, and environment is being implemented. Using participative planning, permanent forums were established in order to allow the local *Agenda 21* to define integrated public policies.

1. Introdução

Garantir ao cidadão uma vida com qualidade é um dos objetivos da gestão municipal. Essa questão passa pelas políticas sociais, mas não apenas pela gestão de uma política e sim da relação que as políticas estabelecem entre si para atender às necessidades da população de uma determinada área geográfica. A relação homem/natureza, no entanto, não se resolve no âmbito de uma só política, mas da ação integrada das diversas políticas sociais, onde a educação ambiental ocupa um lugar central.

Assim, os problemas ambientais têm suas soluções sobretudo na perspectiva interdisciplinar, que integra e resgata diversos saberes. Essa visão considera a educação ambiental como uma política social que difere daquela dos programas federais e estaduais, os quais priorizam ações voltadas para os aspectos mais conservacionistas da questão ambiental e dos programas de controle da poluição, sem considerar os conflitos de interesses presentes na relação homem/natureza e os conflitos mais significativos que envolvem as relações entre diversos atores sociais (Viola, 1992; Ferreira, 1993).

Este artigo pretende discutir a educação ambiental como uma política social e sua relação com as outras políticas sociais através de uma ação intersetorial. A partir dessa discussão descreve a implementação desse processo na gestão de um município do Nordeste brasileiro, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população de uma região semi-árida, onde a agricultura é a atividade dominante, ainda sujeita à dominação dos proprietários rurais.

2. Políticas sociais e educação ambiental: encontros e desencontros no decorrer da história

No final da década de 60 e início da de 70, o conhecimento existente sobre o meio ambiente não era suficiente para resolver os problemas ambientais. Contudo, com o avanço da ecologia e de outras ciências correlatas, o quadro mudou.

O movimento conservacionista de proteção à natureza propunha-se a proteger os recursos naturais contra a exploração destrutiva, por motivos éticos e/ou estéticos. Uma nova vertente do movimento ambiental estendeu suas preocupações e ações a uma variedade maior de fenômenos, consideran-

do que a violação dos princípios ecológicos teria alcançado tal dimensão que, na melhor das hipóteses, ameaça a qualidade de vida e, na pior, coloca em risco a possibilidade de sobrevivência, a longo prazo, da própria humanidade.

Com o objetivo de buscar respostas a essas questões, o Clube de Roma[1] colocou, pela primeira vez, o problema ambiental no nível planetário. Em conseqüência, articulou-se a I Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, em 1972. A partir dessa conferência, a educação ambiental foi introduzida como um dos meios de transformação da postura dos indivíduos frente ao ambiente. Assim, a educação ambiental, como ação pedagógica, passa a ter relevância no cenário internacional.

Outros eventos dessa natureza, mas de menor porte, se sucederam até culminar com a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia (ex-URSS) em 1977, que constituiu um marco do Programa Internacional de Educação Ambiental, considerado o primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental.

A partir daí, passou-se a afirmar que a educação ambiental deveria "propiciar a tomada de consciência generalizada a respeito das causas e conseqüências que têm para o homem, para a sociedade e para a comunidade internacional os problemas do meio ambiente e estimular, na vida diária, profissional e na ação para o desenvolvimento, uma ética, atitudes e condutas individuais e coletivas que contribuam para a proteção e o melhoramento do meio ambiente" (Unesco, 1980:107).

Nessa perspectiva, definiu-se que o processo educativo deveria proporcionar uma percepção integrada da natureza complexa do meio físico-natural e do meio constituído pelos seres humanos, resultante da interação dos aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos e culturais. Além disso, deveria contribuir para a construção de valores sociais e a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades práticas voltadas para a participação responsável e eficaz na prevenção e solução dos problemas ambientais e da gestão da qualidade do meio ambiente. Também deveria promover a compreensão das interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo atual, em que as decisões e comportamentos dos diversos países têm conseqüências de alcance internacional, o que requer o desenvolvimento de um espírito de solidariedade e responsabilidades compartilhadas.

Outro marco na valorização da educação ambiental foi o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, considerado o segundo Congresso Mundial de Educação Ambiental, realizado em Moscou em 1987, que reforçou as orientações de Tbilisi.

---

[1] Reunião realizada em Roma, em 1968, com participação de cientistas dos países desenvolvidos, com o objetivo de discutir o consumo, as reservas de recursos naturais não-renováveis e o crescimento da população mundial na entrada do século XXI.

Neste contexto, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, com a participação de 170 países, foi um importante ponto de inflexão, pensando estrategicamente o século XXI. A conferência representou um grande avanço na maneira de compreender os graves problemas que crescem neste final de século, caracterizado pela superposição de crises econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais que transcendem as fronteiras nacionais e os espaços locais.

O principal documento resultante da Eco-92 foi a *Agenda 21*, apresentada como um guia para que a humanidade caminhe em direção a um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Aponta para a necessidade de uma ampla revisão das ações humanas, com vistas a conceber novas teorias e práticas capazes de proporcionar um desenvolvimento com eqüidade e compatível com a capacidade limitada dos recursos da Terra.

Apesar de alguns autores (Guimarães, 1992; Leis, 1996) apontarem o caráter contraditório da *Agenda 21*, por opor a uma proposta contundente de desenvolvimento sustentável a falta de comprometimento das autoridades competentes em assumir as exigências financeiras e os mecanismos institucionais para sua implantação, o documento apresenta três aspectos relevantes:

- indica os meios para alcançar o desenvolvimento sustentável;
- propõe um planejamento do futuro com ações definidas a curto, médio e longo prazos;
- define um roteiro de ações concretas, com metas, recursos e responsabilidades definidos através de consenso.

Esse movimento, que ganhou corpo na Eco-92, também repercutiu em outros setores sociais, como a saúde, que tem buscado pautar suas ações por uma nova concepção de desenvolvimento social. Isso teve início com a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em 1986. A *Carta de Ottawa* conceitua a promoção da saúde "como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação da comunidade no controle desse processo. Para atingirem um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos sociais devem ser capazes de identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente" (Brasil, 1996).

Nesse sentido, definiram-se cinco campos de ação prioritários na saúde: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; criação de

ambientes favoráveis à saúde; reforço da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais, e reorientação dos sistemas e serviços de saúde.

Essa mesma visão foi reiterada pela Declaração de Adelaide, emitida na II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada naquela cidade australiana em 1988. A *Declaração de Adelaide* priorizou as ações de políticas públicas saudáveis e reafirmou a necessidade de novas parcerias envolvendo diversos segmentos da sociedade civil organizada. Enfatizou a política pública por um meio ambiente saudável como pressuposto para vidas saudáveis e atribuiu responsabilidade pelas conseqüências de decisões políticas sobre a saúde da população a todos os setores governamentais, especialmente os de caráter econômico.

No entanto, foi em 1991, em Sundsvall, Suécia, na III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, que a questão ambiental emergiu na agenda da saúde, não restrita apenas à dimensão física ou "natural", mas nas dimensões social, econômica, política e cultural. "Ambientes e saúde são interdependentes e inseparáveis. Atingir estas duas metas deve ser o objetivo central ao se estabelecerem prioridades para o desenvolvimento e deve ter precedência no gerenciamento diário das políticas governamentais" (Brasil, 1996).

Assim, no setor saúde, o foco na promoção da saúde introduz uma postura que privilegia as necessidades individuais e comunitárias para se atingir uma vida mais saudável. Nesse sentido, valoriza as relações da saúde com os outros setores sociais, políticos, econômicos e ambientais, e aponta para um novo paradigma que pressupõe uma mudança de atitude em relação à organização dos serviços de saúde, que devem ser reordenados para responder às necessidades do indivíduo, como pessoa, na sua integralidade.

Esse novo paradigma, que deverá orientar a ação dos serviços de saúde, passa necessariamente pela participação e co-responsabilidade dos diversos setores sociais no respeito ao indivíduo com seus valores, anseios e saberes, tendo em vista a construção de uma sociedade sustentável.

No Brasil esse processo teve repercussões já na década de 80, dando corpo a uma série de leis e decretos que apontam para a valorização das questões ambientais nas diferentes esferas de governo e na sociedade. Em 1981 foi formulada a Política Nacional do Meio Ambiente, que situa a educação ambiental como um dos meios para garantir a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental e para propiciar vida digna aos cidadãos, assegurando ao país condições de desenvolvimento sócio-econômico que contemple os interesses de segurança nacional e de proteção à vida humana.

Assim é que se situa a contribuição da educação ambiental como um conceito que também traz implícita a integração dos setores e, portanto, a intersetorialidade.

3. Intersetorialidade e educação ambiental: conceitos e relações construídas

A educação ambiental, considerada como campo de ação pedagógica, abarcando diversos fazeres educacionais, é algo novo. Implica a integração de diversos saberes, na multidisciplinaridade e na interdisciplinaridade, na mescla de paradigmas científicos que constrói um discurso identificador de um saber que é o da educação ambiental.

Esse saber interdisciplinar, que deve extrapolar seus limites para o enfrentamento dos problemas que advirão no século XXI, alicerça-se em valores e comportamentos que privilegiam a intersetorialidade. Essa visão constitui uma nova possibilidade de solucionar os problemas dos cidadãos, suas necessidades, para atingir uma vida com qualidade.

Nessa perspectiva, não é apenas uma política social que é capaz de resolver os problemas sociais, mas a ação integrada das diversas políticas. Assim, a intersetorialidade é entendida "como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social e à inclusão social" (Junqueira, 1997). Com isso, busca-se enfrentar de maneira integrada as necessidades individuais e coletivas dos cidadãos, que se manifestam nos espaços urbano e rural.

Nesse sentido, a gestão das diversas políticas sociais se complementa em sua interface com outras dimensões das políticas urbanas, como as de infra-estrutura e do ambiente, que também determinam a organização da cidade e regulam a maneira como se dão as relações entre diversos segmentos sociais.

Essa visão vem ao encontro da concepção da educação ambiental como um saber interdisciplinar que contribui, através de processos educativos/participativos, para a melhoria do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e, enfim, a qualidade de vida.

Na virada do século aponta-se como perspectiva para a educação ambiental uma antiga e reformulada frase dos ecologistas, "agindo localmente, pensando globalmente (e vice-versa) e trabalhando-se interiormente" (Sorrentino, 1997:5), contribuindo na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ecologicamente equilibrada. Compartilha-se a idéia de que o respeito à natureza é inalcançável num quadro de desrespeito ao ser humano que a integra, e deve ter como convicção a necessidade de mudar o sujeito do desenvolvimento, colocando a população como autora e gestora do seu próprio projeto de modernidade (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para a Conferência da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992; Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, 1992).

Nessa ótica da educação ambiental é apresentada a seguir uma experiência intersetorial em um município do Nordeste brasileiro semi-árido, onde se pretendeu introduzir mudanças na gestão municipal para dar acesso à população a uma vida com qualidade.

4. A educação ambiental e a intersetorialidade na gestão da prefeitura do município de Pedro II, Piauí

A partir de 1997, a prefeitura municipal de Pedro II, no Piauí, realizou um projeto de mudança com o objetivo de mobilizar os segmentos sociais menos privilegiados para possibilitar-lhes uma vida de melhor qualidade, integrando educação, saúde, agricultura e meio ambiente.

O prefeito eleito e seus secretários de Agricultura e Meio Ambiente, da Saúde e da Educação e Cultura tomaram como desafio pensar a cidade de forma sistêmica e integrada.

Mas antes de dizer como foi conformado esse projeto, é importante explicar como é o município de Pedro II, as características de sua população e os meios de sobrevivência de que dispõe.

Pedro II é uma cidade com cerca de 45 mil habitantes, uma das 10 maiores do estado, com mais de 67% da sua população na zona rural. Essa população possui um elevado índice de analfabetismo, em torno de 70%, chegando a 90% em algumas localidades. Da população escolarizada, o grau de instrução dominante é o primário.

Essa população de baixa escolaridade constitui-se sobretudo de trabalhadores rurais sem a posse da terra. São os denominados "moradores", que possuem "contrato" de arrendamento da terra, peculiar à região. Esse contrato é uma forma de dominação dos trabalhadores rurais pelos proprietários da terra, pois, sem disporem de áreas para cultivo agrícola, ficam sujeitos a relações contratuais estabelecidas unilateralmente pelos donos das terras.

Esses trabalhadores "sem terra" são obrigados a efetuar o pagamento da renda da terra com o equivalente a 20-25% de sua produção. Esses percentuais contrapõem-se ao Estatuto da Terra de 1964, que estabelece em 10% o valor desse pagamento. Essa prática é comum em quase todos os contratos formais ou mesmo informais estabelecidos entre patrão e empregado.

É interessante ressaltar que essa prática do contrato agrário inviabiliza para o trabalhador rural a posse da terra pelo usucapião. Isso ocorre quando as famílias ocupam terras aparentemente abandonadas, mas a descaracterização da posse é provocada pelo desconhecimento dos agricultores de seu direito de ocupação da terra pelo usucapião. Esse desconhecimento faz com que

aceitem firmar contratos de meação com pretensos proprietários que se apropriaram indevidamente das terras.

Essa situação dos trabalhadores rurais no município de Pedro II não é nova e vem-se prolongando ao longo dos anos.

Além dos trabalhadores rurais, existe, no município, uma pequena parcela de agricultores que são pequenos proprietários rurais. Esses proprietários possuem áreas de 1 a 10ha de terra de onde tiram sua subsistência. Essas terras possuem baixa fertilidade, peculiar à região ou decorrente do desgaste a que vêm sendo submetidas ao longo do tempo em função do sistema de produção vigente.

Os pequenos proprietários rurais, descapitalizados, não têm acesso a fontes de financiamento nem às tecnologias adequadas para o cultivo da terra em uma região semi-árida. Suas práticas produtivas, aprendidas com os antepassados, estão concentradas no cultivo da chamada "cultura branca", ou seja, na produção de subsistência da cultura do arroz, feijão, milho e mandioca. O cultivo é feito através da prática da "coivara",[2] uma maneira de preparar o solo e fazer o plantio.

Além da produção de subsistência, a renda dos agricultores é complementada com a receita proveniente da venda da colheita de produtos oriundos de culturas perenes, como caju, manga e carnaúba, que geralmente são abundantes na região.

Como os grandes proprietários rurais não valorizam a produção agrícola, desenvolvendo apenas a atividade de criação do gado de forma extensiva, o trabalho assalariado não constitui uma prática. Contudo, situação diversa é vivida pelos trabalhadores envolvidos com a pecuária, os vaqueiros, que têm melhores condições de vida. Estes, trabalhando para os fazendeiros, recebem sua renda dependendo da sua "sorte"[3] com o trato dos animais.

Além dessas práticas, alguns habitantes possuem pequenas criações de cabras, ovelhas e porcos, feitas de forma extensiva, mas que dificilmente se desenvolvem. Isso se deve, principalmente, à inexistência de cuidados com os animais, em função da alimentação deficiente na época da seca e da baixa qualidade genética do rebanho. Esses fatores, entre outros, impossibilitam os agricultores de auferirem algum rendimento com a criação de animais de pequeno porte.

Outro tipo de trabalhador são as mulheres "teceloas",[4] em parte oriundas da zona rural, cujas famílias deixaram o campo em busca de "dias melho-

---

[2] Constituída pela derrubada e queima de ramagens para preparar o terreno para a roça.

[3] Contrato informal firmado entre vaqueiro e fazendeiro. De cada quatro cabeças de gado nascidas, uma fica com o vaqueiro. Saliente-se que o vaqueiro não recebe salário algum, somente a sorte.

[4] Tecelãs, que trabalham com fio e linha na confecção de redes, tapetes, bolsas etc.

res" na cidade. Essas famílias sem alternativas de trabalho vivem em estado de penúria, e as mulheres, desenvolvendo sua atividade de tecelagem, contribuem para a renda familiar, ainda que com um retorno pouco expressivo.

Foi nesse cenário que se delineou, em 1996, uma proposta de governo municipal, integrando os três setores: saúde, educação e agricultura. A proposta visava mudar a gestão das políticas públicas municipais, fornecendo à população ferramentas para livrar-se das conseqüências de dois históricos equívocos existentes na maioria dos municípios do Polígono das Secas no Nordeste brasileiro:

- que a seca é castigo de Deus ou catástrofe que tem de ser combatida;
- que o polígono das secas é uma região condenada, sem potencial produtivo.

A seca é uma condição ecológica das regiões semi-áridas, onde as chuvas caem com grande irregularidade no espaço e no tempo, e, portanto, não tem de ser "combatida", e sim tratada competentemente como fenômeno natural e cíclico, com o qual se deve conviver de maneira digna, sem milagres nem migalhas.

Como região semi-árida, o Polígono das Secas é uma das regiões de grande potencial do planeta, cuja viabilidade passa pela definição e aplicação de políticas públicas conseqüentes, permanentes e apropriadas.

Certamente esses "equívocos" não estão presentes na história por acaso. A famosa indústria da seca foi alimentada e ainda o é pelas "heróicas" soluções que a cada ano agravam mais a situação. Historicamente, os projetos do governo destinados a combater a seca não têm contribuído para melhorar a situação sócio-ecônomica dos sertanejos, como é o caso do Programa de Emergência e dos projetos de irrigação. É surpreendente que nos dias de hoje um dos grandes projetos de "estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste", o Projeto Áridas (1995), indique, como ação primordial para combater as secas, o monitoramento e previsão do clima e que sugira que os efeitos sócio-econômicos das secas sejam tratados com propostas assistencialistas arcaicas, sem pensar na convivência harmoniosa e planejada com a seca.

Com os objetivos de elucidar e desmistificar este quadro, buscou-se, de maneira integrada, um planejamento intersetorial para o município. Procurou-se elaborar uma política voltada para as necessidades da população em relação aos sistemas de produção, saúde e educação.

Para tornar esse planejamento participativo e democrático, constituíram-se, depois de muita discussão e preparação, fóruns permanentes para elaboração da *Agenda 21* local, de acordo com o que foi estabelecido no capí-

tulo 28 da *Agenda 21* em relação à importância de as autoridades elaborarem a sua própria agenda.[5]

A *Agenda 21* local é um processo de definição de políticas locais para o desenvolvimento sustentável. Para isso, constituíram-se parcerias entre autoridades locais e setores da sociedade civil, visando à implantação das políticas. O objetivo foi identificar meios apropriados para se caminhar para o futuro desejado, o que implica a conciliação de interesses aparentemente conflitantes do desenvolvimento econômico, da proteção ambiental e da justiça social.

Diante disso, o governo local primeiramente identificou o impacto de suas ações no meio ambiente, decidindo quais os seus valores e objetivos e comprometendo-se a implementar políticas com objetivos mensuráveis. Mesmo com a melhor das intenções, a sustentabilidade não seria alcançada sem um programa de ação cuidadosamente planejado. Para isso, investiu-se no estabelecimento de um sistema de informações constituído a partir da definição de uma estratégia educacional que permitisse o desenvolvimento de um sistema de tomada de decisão estratégico e participativo.

Estas considerações pressupunham uma série de critérios: uso sustentável dos recursos, promoção do desenvolvimento econômico sustentável, melhoria das condições de saúde da comunidade, melhoria do acesso a serviços adequados, sustento e lazer, segurança, desenvolvimento de serviços comunitários, preservação e recuperação da herança cultural.

Para isso cada comunidade rural[6] levantou seus problemas e sonhos, pensando nas possíveis soluções, mediante a elaboração de um plano de ação compartilhado. Esse trabalho foi feito através dos fóruns (espaços políticos do planejamento sócio-econômico-ambiental), constituídos de representantes da prefeitura e da sociedade civil organizada, tendo como importantes atribuições:

- representar os interesses da comunidade em questão;
- propor grupos de trabalhos temáticos;
- fornecer subsídios à Câmara Municipal de Pedro II e ao prefeito para a formulação de políticas públicas;

---

[5] "As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, ambiental e social, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem políticas e regulamentos ambientais locais (...). Com o nível de governo próximo das pessoas, têm um papel vital na educação e mobilização do público na promoção do desenvolvimento (...). E em 1996 a maioria das autoridades locais em cada país deve ter realizado um processo de consulta com suas comunidades e alcançado um consenso sobre a *Agenda 21* local."

[6] Entende-se por comunidade rural o conjunto de agrovilas, variando de cinco a 100 famílias, localizadas na zona rural do município.

- sugerir a alocação dos recursos disponíveis, bem como acompanhar e fiscalizar sua aplicação;
- encaminhar e divulgar relatórios de suas atividades.

Com base nessa metodologia, iniciou-se a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, considerando cada comunidade como unidade de planejamento.

Dividiu-se a zona rural em cinco microrregiões, observando aspectos edafoclimáticos[7] e geográficos. Equipes intersetoriais encabeçadas pelos agentes comunitários de saúde foram constituídas com membros das comunidades e representantes das secretarias de Educação, Saúde, Agricultura e Planejamento, para elaborar os planos de ação em cada região. Vale ressaltar o trabalho dos agentes de saúde, que, na prática, desempenharam um papel de agentes de desenvolvimento, atuando de maneira articulada, integrando a casa e a unidade de produção de cada família.

Este trabalho permitiu que as comunidades contribuíssem na definição das prioridades da política pública municipal.

Quanto à produção agropecuária, buscou-se identificar os animais a serem criados e as culturas próprias para plantio na região, bem como as respectivas tecnologias.

Para melhorar a saúde da população, foram planejadas desde as condições nutricionais, com as hortas comunitárias, até práticas de medicina alternativa, bem como o abastecimento humano com água proveniente da chuva coletada em reservatórios.

Nas atividades de educação, foram valorizadas a criação de Escolas Famílias Agrícolas (Efas), onde o método de ensino-aprendizagem é referido ao dia-a-dia da criança.

O produto final desse planejamento participativo foi também encaminhado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.[8]

A metodologia utilizada nesse plano de desenvolvimento rural, que privilegiou a intersetorialidade e legitimou os interesses dos agentes locais, permite algumas inferências que podem contribuir para melhorar a qualidade de vida, não apenas da população de Pedro II, mas de outros municípios com perfil semelhante.

---

[7] Aspectos relacionados às classes de solo e de clima.

[8] Por determinação do Decreto nº 1.964, de criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que estabelece esse procedimento para poder ser contemplado com recursos do Pronaf Ação Integral. Após tramitar nessa esfera, é encaminhado para o Conselho Estadual e o Conselho Nacional, a quem compete a aprovação final. Este caminho foi uma das formas encontradas para buscar recursos para a implementação do plano.

O resultado deste trabalho deixou aparente que a solução dos problemas da seca não passa necessariamente pelas grandes obras de irrigação, mas sim por tecnologias adaptadas à região, como as cisternas e as barragens subterrâneas com baixo custo e fácil acesso.

Esse plano revelou também que o poder público, mesmo com poucos recursos, pode introduzir mudanças em outras frentes, como na substituição da criação extensiva de gado pela criação intensiva de caprinos e ovinos, bem como na saúde e na educação, com melhor utilização dos recursos disponíveis. Por exemplo, o médico assistencialista dando lugar ao médico de família e o ensino privilegiando a perspectiva construtivista, que insere as práticas educativas na realidade do educando.

Essa proposta, que saiu dos sonhos dos diversos atores sociais e foi por eles construída, apesar dos conflitos, está sendo efetivada de forma legítima e digna com o trabalho integrado dos setores sociais. Com base em um fazer educacional, busca valorizar e respeitar as características culturais e ambientais do Nordeste e as vontades, anseios e valores dos cidadãos locais.

Referências bibliográficas

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Projeto Áridas. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1995.

Brasil. Ministério da Saúde. *Promoção da saúde: Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Sundsvall, Santa Fé de Bogotá*. Brasília, 1996.

Coelho, J. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis, Vozes, 1985.

Ferreira, L. C. A política ambiental no Brasil. In: Martine, G. (org.). *População e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas, Unicamp, 1993.

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para a Conferência da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1992.

Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais. *Tratados*. Rio de Janeiro, 1992.

Guimarães, R. El discreto encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación impresionista de Rio-92. *Nueva Sociedad* (122), nov./dez. 1992.

Junqueira, L. A. P. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública. São Paulo, Fundap, 1997. mimeog.

Kranz, P. Pequeno guia da *Agenda 21* local. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, 1995.

Leis, H. R. O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo, Gaia, Blumenau, Furb, 1996.

Medina, N. M. Breve histórico da educação ambiental. In: Padua, S. M. & Tabanez, M. F. *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília, Pax, 1997. p. 257-64.

Sorrentino, M. 20 anos de Tbilisi, cinco da Rio-92: Educação Ambiental no Brasil. *Debates Sócio-Ambientais*. São Paulo, Cedec (7):3-5, 1997.

Unesco. Pnuma. La educación ambiental. Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris, Unesco, 1980.

Viola, E. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, 6(1), 1992.

———. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à eco-política. *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo (3), 1987.